



219

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 307683-3
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
APELADO: PATRICIA MARIA DOS SANTOS
RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
REVISOR: DES. ROBERTO FERREIRA LINS
PROCURADOR: DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTE. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. RECURSO EXCLUSIVO DA ACUSAÇÃO. MAJORAÇÃO DA PENA. POSSIBILIDADE. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. INOCORRÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1) A existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis ao agente autoriza a fixação da pena-base acima do mínimo legal. 2) inexistindo provas suficientes do elemento subjetivo do crime de associação para o tráfico (*societas sceleris*), a manutenção da absolvição é a medida que se impõe, em respeito ao princípio do *in dubio pro reo*. Considerando o quantum da pena estabelecida, deve ser mantido o *sursis* concedido pelo douto Magistrado *a quo*. DECISÃO UNÂNIME. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

ACÓRDÃO:

ACORDAM os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em DAR PROVIMENTO PARCIAL ao apelo, tudo consoante consta do relatório, voto e notas taquigráficas, que fazem parte deste julgado e, de ofício, afastar a condenação de reparação de danos causados pela infração.

Recife,

Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 307683-3

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: PATRICIA MARIA DOS SANTOS

RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

REVISOR: DES. ROBERTO FERREIRA LINS

PROCURADOR: DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Criminal interposta pelo Ministério Público, visando à reforma da sentença que condenou Patrícia Maria dos Santos, à pena de um (01) ano e oito (08) meses de reclusão cumulada com o pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa, pela prática do crime previsto no artigo 33, caput, da Lei 11.343/06, com a causa de redução de pena, prevista no § 4º, do artigo 33, da referida lei.

Nas razões recursais, o **Parquet** requer a reforma da sentença para que seja a acusada condenada pelo crime de associação para o tráfico, haja também a exclusão da causa especial de diminuição da pena prevista no artigo 33, § 4º, da Lei 11.343/2006 e, por fim, seja reexaminada a dosimetria da pena aplicada à condenada Patrícia Maria dos Santos. (fls. 159/1680.

Contra-arrazoados, às fls. 189/193, subiram os autos a esta Superior Instância, indo à douta Procuradoria de Justiça que, na pessoa do Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa, ofereceu o parecer de fls. 203/208, opinando pelo provimento parcial do apelo, para o fim de ser aumentada a pena base e fixado em 1/3 (um terço) o quantum de redução da pena provisória pela incidência da causa de diminuição prevista no artigo 33, § 4º, da Lei 11.343/2006,

- 212 -
RMZ



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

mantida a absolvição da acusada com relação à imputação de associação para o tráfico ilícito de entorpecentes.

É o Relatório.

À douta Revisão.

Recife, 7 de agosto de 2013.


Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



220

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 307683-3
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
APELADO: PATRICIA MARIA DOS SANTOS
RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
REVISOR: DES. ROBERTO FERREIRA LINS
PROCURADOR: DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

VOTO DO RELATOR

Acerca da materialidade e da autoria delitivas revelam-se incontestes. Limito-me, pois, à análise do presente apelo, sob a ótica da aplicação da pena.

O cerne da questão reside, primeiramente, em definir se restou configurado ou não o delito previsto no artigo 35, da Lei 11.343/2006 (associação ao tráfico de drogas).

Compulsando os autos, verifica-se que ao contrário do defendido pelo *Parquet* nas suas razões recursais, não ficou evidenciado o *animus associativo* da apelada e das outras pessoas não identificadas para a conduta ilícita, isto é, a intenção deles em se associarem para o fim de praticarem, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes descritos nos artigos 33, caput e § 1º, e 34, da Lei de Tóxicos.

Nesse sentido:

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTE. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E CORRUPÇÃO DE MENORES. RECURSO EXCLUSIVO DA ACUSAÇÃO – 1) MAJORAÇÃO DA PENA: POSSIBILIDADE – 2) ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO: INOCORRÊNCIA. RECURSO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO. 1) A existência de circunstâncias judiciais



221

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

desfavoráveis ao agente autoriza a fixação da pena-base acima do mínimo legal. 2) inexistindo provas suficientes do elemento subjetivo do crime de associação para o tráfico (societas sceleris), a manutenção da absolvição é a medida que se impõe, em respeito ao princípio do in dubio pro reo. 3). (...) (APR 48060149670 ES 048060149670 – Relator – Sérgio Luiz Teixeira Gama – j. 28.01.2009 – Segunda Câmara Criminal – TJES).

Assim sendo, não restando configurado nos autos o vínculo associativo apontado pelo apelante – MP – mostra-se descabida a pretensão da condenação da recorrida pela prática do delito de associação para o tráfico.

De outro lado, como é sabido, o art. 59 do Código Penal delimita as diretrizes do modelo de individualização da pena, disposto no art. 5º, XLVI da Constituição Federal, cujas disposições inteiram-se com o contido no art. 68 da mesma Lei Substantiva, que recomenda o sistema trifásico, preceituando, em resumo, que: a) na primeira fase é fixada a pena-base, atendidas as circunstâncias judiciais dispostas no art. 59 do Código Penal, no *quantum* necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime; b) em seguida, são consideradas as circunstâncias legais que agravam ou atenuam a pena, previstas nos artigos 61 e 65, também, do Código Penal Pátrio; c) por derradeiro, são apreciadas as causas de aumento e diminuição de pena, previstas na parte geral e especial do Código Penal.

In casu, a apelada foi presa em flagrante delito, fato ocorrido em 02.03.2011, estando de posse de uma expressiva quantidade de "maconha".

Verifica-se que não houve atendimento ao princípio da proporcionalidade no momento da dosimetria da pena feita pelo Juízo a



222

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

quo, resultando uma reprimenda no mínimo legal, uma vez que, para aplicar a pena no mínimo legal, analisou apenas as circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do Código Penal, fixando a pena basilar no mínimo legal, deixando de fazer qualquer referência às molduras do artigo 42, da Lei 11.343/2006, especialmente no que refere à quantidade e a natureza da droga apreendida.

Restou como deveras amena a pena definitiva de 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, após o trâmite do sistema trifásico pelo Juízo a quo, sendo necessário a este Juízo Colegiado refazer a dosimetria da pena a fim de se alcançar a almejada atuação do Estado na repressão ao crime.

Tendo, portanto, com base na inteligência da norma do artigo 42, da Lei de drogas, que a pena base deverá ser aumentada, ante a quantidade relevante (2,150Kf) drogas encontrada em poder da apelada.

Apreciando as circunstâncias judiciais, nos termos do artigo 59, do Código Penal, que envolvem o grau de culpabilidade da apelada, abrangendo conceitos éticos e morais da coletividade, resultam em forma negativa. Seus antecedentes, por ausência de fatos anteriores que possam macular sua vida, restam de forma positiva. Quanto à conduta social, não há como verificar ponto positivo em virtude de não haver comprometimento da mesma em agir de forma razoável dentro da sociedade. Quanto à personalidade poucos elementos se coletaram sobre a mesma, razão pela qual deixo de valorá-la. Também não resta como positiva a motivação da conduta praticada pela apelada, que buscava ganho de dinheiro fácil. Quanto às circunstâncias em que ocorreu o fato criminoso como também as consequências do crime, resulta de forma negativa, uma vez que foi presa



223

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

em flagrante, realizando os verbos do artigo 33, da Lei 11.343/2006. Finalmente, quanto ao comportamento do Estado como vítima resta, também, de forma negativa por tudo que foi relatado anteriormente. Assim, fixo uma **pena-base de 06 (seis) anos de reclusão**

Passando a segunda fase da dosimetria, verifico não haver circunstâncias agravantes em desfavor da apelada, nos termos do artigo 61, do mesmo Codex, persistindo a pena base. Quanto a verificação de existência de circunstâncias atenuantes, resta como presente a constante do inciso III, do artigo 65 do mesmo Dispositivo Legal, confessado espontaneamente o crime. Atenuo, assim, a pena em 1/6 (um sexto), resultando uma pena provisória de 05 (cinco) anos de reclusão.

Com relação à supressão da causa de diminuição de pena inserta no artigo 33, § 4º, da Lei de Drogas, entendo não poder prosperar. Senão vejamos:

A douta Magistrada agiu acertadamente ao conferir tal benefício a ora apelada.

“De acordo com o referido dispositivo legal, as penas aplicadas nos delitos de tráfico de entorpecentes poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa”.

Ocorre que, contudo, julgou equivocadamente a douta Magistrada a quo ao reduzir a pena no seu grau máximo, isto é, 2/3 (dois terços), ante a significativa quantidade de droga apreendida.



224

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

Assim, considerando as circunstâncias judiciais, bem assim, as elementares do art. 42 da Lei nº 11.343/06, entendo que deve incidir a fração de 3/5 (três quintos) sobre o quantum de 05 (cinco) anos fixado, resultando uma **pena de 02 (dois) anos de reclusão e 500 dias-multa**, pena que torno definitiva ante a ausência de outras causas gerais ou especiais de aumento ou diminuição de pena.

Nesse cenário, considerando o **quantum** da pena estabelecida, deve ser mantido o benefício do sursis previsto no art. 77 do Código Penal.

No tocante as condições previstas no art. 78 do Código Penal, permanece a critério do juiz o seu disciplinamento.

Assim sendo, **VOTO PELO PROVIMENTO PARCIAL** do recurso apelatório, impondo à apelada uma **pena in concreto de 02 (dois) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa**, mantendo o benefício do sursis previsto no art. 77 do Código Penal.

É como voto

Recife,


Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação Criminal nº 307683-3 – Primeira Vara da Comarca de Abreu e Lima / PE.

Apelante:	O Ministério Público do Estado de Pernambuco
Apelado:	Patrícia Maria dos Santos
Advogado:	Dr. Marcos Aurélio F. de Lima
Procurador de Justiça:	Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa
Relator:	Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Revisor:	Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor convocado:	Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Órgão Julgador:	Primeira Câmara Criminal

Senhores Desembargadores,
Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

VOTO DO REVISOR

O Ministério Público interpôs o presente recurso de apelação contra a sentença de fls. 146 a 150, na qual a ré Patrícia Maria dos Santos foi condenada a 1 ano e 8 meses de reclusão, pelo delito tipificado no art. 33 da Lei 11.343/2006, e absolvida do crime de associação para o tráfico, tipificado no art. 35 do mesmo diploma legal.

Nos termos dos artigos 77 e 78, § 2º, alíneas "a", "b" e "c", ambos do Código Penal, a magistrada sentenciante suspendeu a execução da pena privativa de liberdade, aplicando à ré Patrícia Maria as medidas previstas no art. 319, incisos I, II, IV e V do Código de Processo Penal.

O apelante, em suas razões recursais, requer a reforma da sentença com a seguinte finalidade (*in verbis*, fl. 168): "1) condenar a Recorrida pelo crime de associação para o tráfico; 2) excluir a causa especial de diminuição da pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006; e 3) seja reexaminada a dosimetria da sanção nos termos do presente pedido [ou seja, o agravamento da pena]".

Pela análise dos autos, verifico que apenas o terceiro pedido do apelante é que merece provimento, pois nada se verifica nos autos que dê sustentação aos demais pleitos.

Deixo claro, inicialmente, que o crime de associação para o tráfico de droga, ao contrário das alegações aduzidas pelo recorrente, nem de longe ficou comprovado nestes autos.

Os tribunais pátrios, à frente o STJ, já consolidaram o entendimento de que, para a incidência do tipo penal descrito no artigo 35 da Lei 11.343/2006, é absolutamente necessária a comprovação do vínculo associativo entre os agentes



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação Criminal nº 307683-3 – Primeira Vara da Comarca de Abreu e Lima / PE.

(dois ou mais), de forma permanente, organizada e duradoura, sendo fundamental que eles se reúnam e mantenham uma meta comum.

Nada disso, todavia, ficou evidenciado no conjunto probatório dos autos, pois nem na fase policial, nem em juízo, foi possível identificar uma só pessoa que pudesse ser apontada como 'associada da ré Patrícia Maria', e a suposta 'organização criminosa' não saiu do plano hipotético.

Senão, vejamos:

Em suas razões de apelo, o recorrente foi enfático ao afirmar que «a apelada confessou que realizava o transporte de droga para a maior quadrilha de traficantes de Abreu e Lima, comandada pelo delinqüente conhecido pela alcunha de "Rato"» (fl. 161).

No entanto, não é isso que se vê nas declarações da apelada. Em sede extrajudicial, ela nem sequer declina o nome de "Rato" ou de qualquer outra pessoa com quem mantivesse alguma associação criminosa. Aliás, na delegacia, nem mesmo o delegado e seus agentes mencionam o nome de algum traficante chamado "Rato". Em verdade, ao responder as perguntas da autoridade policial, a ré limitou-se a dizer que uma pessoa chamada Marcela, amiga sua, ter-lhe-ia pedido para entregar uma bolsa no centro da cidade (precisamente a bolsa que continha mais de dois quilos de maconha).

Perante o juiz, ela faz menção da pessoa chamada "Rato", mas não o apontando como sendo seu sócio, e muito menos reconhecendo que, juntamente com ele, integraria uma organização de tráfico de drogas. O crime que de fato a ré confessa em juízo – e mesmo assim de forma relutante e dissimulada – é o de tráfico ilegal de droga, não o de associação para o tráfico.

A propósito, faço aqui a seguinte pergunta retórica: se o alegado 'sócio da recorrida' – a quem chamam de "Rato" – mantivesse com ela qualquer vínculo associativo, **por que** então, já estando ele preso, não foi denunciado pelo Ministério Público, ou pelo menos arrolado como testemunha?

E mesmo admitindo que a recorrida tenha tido algum contato com o referido 'comandante do tráfico', ainda assim não ficaram delineados os demais elementos caracterizadores da associação, a saber: *a indicação do vínculo estável e permanente, a comprovação de reuniões regulares, a demonstração de tarefas definidas, a exibição de vínculo associativo por interceptações telefônicas etc.*

Aliás, o fato de a recorrida ter tido contato telefônico com o também traficante "Rato", bem assim com um menor desconhecido, conforme ela mesma confessa em juízo, tal circunstância, por si só, não é prova cabal do crime de associação para o tráfico, pois lhe faltam os outros elementos acima descritos, os quais, porém, são dispensáveis para a caracterização do simples tráfico.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação Criminal nº 307683-3 – Primeira Vara da Comarca de Abreu e Lima / PE.

Fique aqui bem claro que o exame pericial de fls. 177 a 187, realizado nos telefones celulares indicados nos itens IV.1 e IV.2 (fls. 179 e 183, respectivamente), nada esclarece sobre o alegado crime de associação para o tráfico, pois não comprova nenhuma interceptação de telefonemas suspeitos, o que derriba inexoravelmente a tese acusatória.

Por oportuno, trago à colação as palavras do Ministro Marco Aurélio Bellizze, do STJ, proferidas na sessão de julgamento do Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 279.060/MG, em 28/05/2013 (DJe 10/06/2013):

“Não é possível reconhecer a ocorrência do crime de associação para o tráfico de entorpecentes na hipótese em que, a despeito de os agentes haverem se ajustado para a prática do delito, a prova dos autos demonstra que a associação entre eles foi ocasional, pois o crime previsto no artigo 35 da Lei 11.343/2006 exige, para sua configuração, que a associação entre os agentes se dê de forma estável e em caráter permanente, sendo que a reunião eventual caracteriza apenas o concurso de pessoas.”

Ad argumentandum tantum, assinalo que, no caso do **agravo regimental** supramencionado, os réus foram condenados pelo tráfico de 3,936 kg de maconha e 582,25 g de crack, o que também não serviu para configurar tipo penal descrito no art. 35 da Lei 11.343/2006.

Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do *habeas corpus* nº 271723 / MG, consignou o seguinte tópico:

“Para a caracterização do crime de associação para o tráfico de drogas - art. 35 da Lei n. 11.343/2006 - é imprescindível a demonstração da associação estável, permanente e duradoura de duas ou mais pessoas para o fim de reiteradamente praticar os crimes previstos nos arts. 33 e 34 da referida lei. No caso, tal mister não restou demonstrado à luz dos fatos narrados na denúncia, o que impõe, por certo, o reconhecimento da absolvição do réu. Precedentes. (HC 271.723/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 08/04/2014, DJe 02/05/2014)

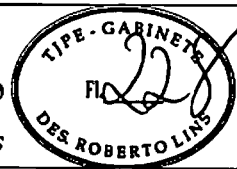
No caso concreto, com relação à suposta associação para o tráfico, a denúncia não individualizou adequadamente a conduta da acusada – e muito menos dos hipotéticos não-identificados comparsas dela –, registrando apenas que o delegado verificou «fortes indícios de que os acusados [a ré Patrícia e o co-réu absolvido] faziam papel de “mula” no tráfico de entorpecente» (*sic* fl. 3, *in fine*).

Em suma, como o único delito concretamente comprovado contra a recorrida é o de tráfico ilegal de droga, e não o de associação para o tráfico, a sentença, nessa extensão, há que ser mantida.

No tocante ao pedido de exclusão da causa especial de diminuição da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação Criminal nº 307683-3 – Primeira Vara da Comarca de Abreu e Lima / PE.

pena, prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/2006, tampouco assiste razão ao recorrente ministerial, já que sua argumentação tem como fundamento as mesmas alegações aduzidas para respaldar o pedido anterior (condenação da ré por associação para o tráfico de droga), tese que já foi afastada na fundamentação exposta acima. Acrescento apenas que a recorrida é ré primária (fl. 96) e não existe prova de que se dedique a atividades ilícitas ou integre organização criminosa, o que, sem dúvida, confere-lhe direito ao benefício em tela. Deixo para discorrer sobre a respectiva fração redutora no momento oportuno.

Quanto à aplicação da pena, apesar de entender que, parcialmente, assiste razão ao apelante, devo esclarecer, contudo, que o resultado final do cálculo dosimétrico não sofrerá alteração.

Explico.

Mesmo constatando que as elementares do art. 59 do CPB são todas favoráveis à ré, o juiz sentenciante deixou de aplicar o disposto no art. 42 da Lei 11.343/2006, segundo o qual "*a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente*" preponderam sobre as circunstâncias judiciais.

Logo, é forçoso reconhecer que a quantidade da droga apreendida (2 kg e 150 g de maconha) permite, sim, a fixação da pena inicial acima do seu patamar mínimo, embora não se deva perder de vista que as demais elementares do art. 42 da lei antidroga, bem assim as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB, mostram-se favoráveis à acusada. Destarte, o aumento deve ser efetuado com observância do critério da proporcionalidade, em relação à quantidade de vetores negativos – tanto os do art. 42 da Lei 11.343/2006 (quatro), quanto os do art. 59 do CPB (oito).

Assim, visto que a majoração em tela há que ser proporcional ao número de circunstâncias desfavoráveis (*in casu*, apenas uma: 'a quantidade de droga'), a pena-base deve ser fixada em 5 anos e 6 meses de reclusão, mais 550 dias-multa.

Todavia, como incide na segunda fase a circunstância atenuante da confissão espontânea (art. 65, inciso III, alínea "d", do CPB), a pena é reduzida em 6 meses e 50 dias-multa, retornando, assim, ao patamar mínimo, isto é, a 5 anos de reclusão e 500 dias-multa.

É também em observância ao princípio da proporcionalidade que deve ser estabelecida a fração redutora na aplicação da causa de diminuição prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/2006. Para isso, o valor fracionário, assim como a pena inicial, deve ser fixado com base nas circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB, e, sobretudo, nas elementares do art. 42 da norma de regência (a natureza e a quantidade da droga, e a personalidade e a conduta social do agente).

Por conseguinte, faço incidir a fração de $\frac{3}{5}$ (três quintos) sobre o último *quantum* fixado (5 anos de reclusão e 500 dias-multa), o que resulta em 2 (dois) anos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação Criminal nº 307683-3 – Primeira Vara da Comarca de Abreu e Lima / PE.

de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, pena que torno definitiva, à míngua de outras circunstâncias atenuantes e de agravantes, e por inexistência de outras causas de diminuição de causas de aumento.

Tal resultado, um pouco acima do estabelecido na sentença, praticamente não interfere nos requisitos da suspensão da pena (art. 77 do CPB), benefício concedido pelo juiz de primeiro grau, porquanto, mesmo com o redimensionamento ora efetuado, a majoração não excedeu a 2 (dois) anos.

Quanto a eventuais mudanças das condições previstas no art. 78 do CPB, continua a critério do juiz de origem o disciplinamento das hipóteses dos §§ 1º e 2º, alíneas "a", "b" e "c", do artigo supra.

Pelo exposto, dou provimento parcial ao recurso do Ministério Público, apenas para majorar o *quantum* da pena privativa de liberdade, fixando-a em 2 (dois) anos de reclusão, sem que esse aumento, todavia, influa no benefício da suspensão da pena (art. 77 do CPB), concedido pelo juiz sentenciante, a quem caberá dispor sobre a manutenção das hipóteses previstas no art. 78, §§ 1º e 2º, alíneas "a", "b" e "c", do Código Penal.

É como voto.

Recife, 16 de junho de 2014.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto,
Revisor convocado.